



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

20/12/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Mercado vê Selic mais alta em 2024 e aumenta projeção da inflação para 2023

O mercado passou a ver a taxa básica de juros mais alta em 2024, em meio ao aumento da projeção para a inflação em 2023, de acordo com a pesquisa Focus divulgada pelo Banco Central nesta segunda-feira (19).

O levantamento, que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos, mostra que os analistas consultados continuam vendo a Selic a 11,75% ao final de 2023, contra taxa atual de 13,75%. Mas passaram a calcular a taxa em 9,0% em 2024, de 8,5% antes.

De acordo com a pesquisa semanal com uma centena de economistas, a projeção para a alta do IPCA em 2022 caiu em 0,03 ponto percentual, para 5,76%, apontando que terminará este ano acima do teto da meta —3,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Mas para 2023 o movimento foi oposto, com os especialistas elevando em 0,09 ponto a conta para a inflação, a 5,17% —neste caso o objetivo é de 3,25%, com a mesma margem, o que significa que o resultado também ultrapassaria o limite superior da meta.

Para 2024, cujo centro da meta é de 3,0%, a conta segue sendo de uma inflação de 3,50%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 20 de dezembro.

Aposentados têm terceiro fim de ano sem o 13º

Pelo terceiro ano, o 13º de aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) foi pago no primeiro semestre. A antecipação ocorreu em 2020 para amenizar os efeitos econômicos da pandemia de Covid-19 e se repetiu nos últimos dois anos, com o pagamento parcelado entre maio e junho em vez de agosto e novembro.

O dinheiro, comumente usado para cobrir as despesas extras do final de ano, acaba destinado a outros propósitos —frequentemente, o pagamento de contas do dia a dia, muitas das quais ficaram mais caras em 2022.

"A comida subiu muito, muito mesmo. Carne, legumes, frutas, tá tudo muito caro", diz a curitibana Vilmara Bagdzinski, de 55 anos. Empregada doméstica aposentada em 2016, ela recebeu o benefício antecipado e logo precisou gastá-lo. "Gastei faz tempo, já usei tudo para pagar minhas contas", diz.

A moradora de Embu das Artes, em São Paulo, continuou trabalhando após a aposentadoria. Ela diz que o dinheiro não está fazendo falta: "Lógico que as coisas estão difíceis, mas dá para você ir se virando com o pouco que tem, e está tudo bem com isso."

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 20 de dezembro.

Segunda parcela do 13º salário vai pagar dívidas, diz pesquisa

Chegou a tão esperada segunda parcela do 13º salário, paga neste dia 20, que deve representar uma injeção de R\$ 250 bilhões na economia brasileira, segundo cálculos do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), considerando a primeira e a segunda parcelas.

Mas os brasileiros estão conservadores nos gastos deste fim de ano. Segundo levantamento online feito pela plataforma de pesquisas Hazo.app, da 121 Labs, nos dias 11 e 12 de dezembro, 44,5% vão usar o dinheiro para quitar dívidas antigas, dívidas atuais, comprar material escolar ou pagar os tradicionais impostos do início do ano —IPVA e IPTU.

Uma pequena —mas significativa— parcela de 12% vai poupar ou investir o dinheiro. Outros 43,5% estão prontos para fazer compras de Natal, viajar, passear e gastar com as festas.

O levantamento foi feito online com 2 mil consumidores, em nível nacional, das classes A, B, C e D, com margem de erro de dois pontos percentuais.

"Percebemos um consumidor muito mais conservador, interessado em colocar as contas em dia e, se possível, em guardar dinheiro", diz Renato Mayer Moreira, presidente da 121 Labs. "Com o alto endividamento das famílias, o brasileiro parece mais cauteloso nas compras", afirma.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 20 de dezembro.

Veja as mudanças que são vistas como bombas para o governo e esperança para aposentados

Os riscos fiscais traçados pelo Orçamento de 2022 incluem ações e temas que são vistos como esperança de ganho para aposentados. São os casos da revisão da vida toda, julgada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) no começo de dezembro, e da aposentadoria especial pelo "pico de ruído".

A maior parte desses julgamentos não tem um impacto financeiro definido. Os que têm chegam a R\$ 480 bilhões — caso da revisão da vida toda. Além disso, cálculos apresentados pelo governo em documentos como os riscos fiscais da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e em ações no Supremo são questionados por institutos e especialistas.

Em março, pouco depois de a revisão da vida toda passar pelo plenário virtual, o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) divulgou que um julgamento do tema favorável aos aposentados implicaria aos cofres públicos um gasto extra de R\$ 360 bilhões em 15 anos — valor ainda maior que o calculado em 2021, de R\$ 46 bilhões em dez anos.

A União, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023, estima que a aprovação do entendimento poderia impactar as contas públicas em R\$ 480 bilhões.

No cálculo do Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários), o ganho nas aposentadorias com a revisão é de 3,1%, valor 25% menor que o estimado pelo INSS.

"É difícil entender por que há tantas discrepâncias assim, principalmente se elas foram calculadas por órgãos do governo", afirma Luis Eduardo Afonso, professor da USP e especialista em Previdência Social.

"Todo cálculo previdenciário pode apresentar diferenças, porque a gente está falando de valores distribuídos em períodos muito grandes de tempo", afirma Afonso. "São valores muito elevados e, neste momento que o país vive, fundamentais para entender o impacto dessa medida."

Segundo a AGU (Advocacia-Geral da União), o cálculo de impacto de ações fiscais é calculado pela entidade que conduz a política pública afetada.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 20 de dezembro.

Revisão da poupança: STF prorroga prazo para acordo

O STF (Supremo Tribunal Federal) prorrogou por mais 30 meses o prazo para realização do acordo coletivo dos planos econômicos, que visa compensar as perdas da caderneta de poupança durante os planos Bresser, Verão e Collor.

Ana Selene, diretora executiva da Febrapo (Frente Brasileira pelos Poupadores), diz que 400 mil pessoas ainda podem aderir ao acordo. "A Covid impediu que conseguíssemos alcançar um maior número de poupadores, porque a grande maioria é de idosos, que gostam de atendimento presencial e de ir aos mutirões", explica.

Quem pode aderir ao acordo?

Quem não ajuizou ação até hoje já perdeu o prazo", explica Walter Moura, advogado do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor). Podem aderir ao acordo os poupadores ou herdeiros com ações individuais ajuizadas até o prazo de 20 anos da edição de cada plano econômico ou ações coletivas ajuizadas em até 5 anos do trânsito em julgado da sentença coletiva, com ajuizamento até 11 de dezembro de 2017.

Como participar do acordo dos planos econômicos?

Selene recomenda procurar a Febrapo em seus canais de atendimento, como WhatsApp, telefone e email. Ela diz que a organização acompanha todo o procedimento, para que a pessoa receba o valor em 15 dias após a assinatura da minuta, como estabelecido nos termos do acordo.

As informações para adesão estão disponíveis no site www.pagamentodapoupanca.com.br, portal informativo do acordo dos planos econômicos. Nele, também é possível simular o valor recebido no acordo de acordo com as especificidades de cada caso.

Vale a pena aderir ao acordo?

Moura recomenda o acordo por conta de sua rapidez e certeza de pagamento. "As ações são uma sorte. Podem até pagar mais, mas o problema é que você não sabe até quando os bancos vão recorrer e qual vai ser o futuro das decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo."